

O processo civilizador do sul de mato grosso -a colônia agrícola nacional de dourados

Prof. Ms. Nilton Paulo Ponciano
Mestre em História UNESP/UNICENTRO
FAFISUL

Resumo. Inúmeros trabalhos científicos realizados por pesquisadores de áreas afins estão resgatando a História de Mato Grosso, com a finalidade de apreender uma imagem dessa história que mais se aproxima da realidade histórica da região. A partir dessa reflexão, este artigo procura analisar o processo de colonização do sul de Mato Grosso, entre as décadas de 40 e 50, considerando que, é nesse período, que é criada pelo governo Vargas uma política de colonização dirigida intitulada "Marcha para oeste", com o objetivo de povoar diretamente as regiões do Oeste e da Amazônia do Brasil.

Palavras-chave: Mato Grosso, Colonização, Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Abstract. Many scientific works done by related-area researchers are rescuing the history of Mato Grosso, aiming at apprehending an the image of this history that gets closer to the historic reality of this region. From this point of view, this article intends to analyze the colonization process of the south of Mato Grosso, between the decades of 40 e 50, considering that it is in this period that the Vargas government creates a colonization policy, the so-called "March to the West", with the objective of increasing the population of the West and the Brazilian Amazon.

Key-words: Mato Grosso, colonization, National Agricultural Colony of Dourados.

Introdução

Acredita-se que, para compreender um contexto histórico, torna-se necessário analisar alguns traços peculiares da sociedade em estudo que irão definir sua temporalidade

e seu espaço. Dessa forma, este artigo, que versará sobre o processo de implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), na região sul de Mato Grosso, no período compreendido entre as décadas de 40 e 50, procura trabalhar alguns aspectos da política do Governo Federal desse período, direcionados a essa região.

Assim, três aspectos políticos do governo Vargas serão discutidos neste trabalho: a implantação da pequena propriedade na região em que predominava o grande latifúndio, a criação do Território Federal de Ponta Porã e a construção do símbolo da brasilidade.

O delineamento dessas questões conduziu este artigo à análise do processo de colonização do sul de Mato Grosso, destacando a organização dos grupos sociais, a construção de seu espaço e de seu tempo histórico.

No enfoque dessa temática basicamente foram utilizadas, como fontes de pesquisa, jornais e revistas locais, além de uma bibliografia pertinente ao tema proposto.

Políticas de colonização do Estado Novo para o sul de Mato Grosso

No final da década de 30 deste século, o mundo encontrava-se marcado pelo domínio das doutrinas nazista e fascista, e os governos democráticos da Europa estavam cada vez mais encolhidos e sem forças para lutar contra essas políticas ditatoriais.

Analisando historicamente esse período, Basbaum (1985:155) comenta: “As democracias liberais européias se encolhiam diante das novas forças que pareciam submeter e destruir para sempre o espírito liberal e as liberdades democráticas” .

No Brasil, a política estadonovista que surge a partir do golpe de Estado organizado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1937, sugere a criação da imagem de um Brasil novo, com novos valores, intervindo em todos os domínios da cultura, da política, da educação e da economia, com vistas a construir a figura de um país unificado, homogeneizado em sua língua, costumes, comportamentos e idéias. Nesse contexto, a intelectualidade que se aproxima do poder realiza uma produção nacionalista, tornando-se legítima representante da cultura do país.

Analisando a cultura dos anos 30 a 50, Mendonça aponta para o papel que os intelectuais desempenharam no Estado Novo. Tomando como exemplo Villa Lobos (1986:292) comenta: “Talvez o mais rico exemplo desse projeto de nacionalização cultural, que pressupunha a junção entre o ‘artístico’ (erudito) e o ‘popular’ tenha sido Villa Lobos. Sua contra-ofensiva orfeônica (...) contou com todo o respaldo do regime, ao buscar reconquistar para a grande arte seu papel de portadora de sentido e da totalidade”.

Nota-se, no texto da historiadora, que uma proposta importante a ser implantada pelo Estado Novo, naquele momento, era a de propiciar uma identidade à sociedade brasileira, o que se realizava por meio da propaganda oficial em um período em que o capitalismo industrial se implantava e a sociedade tornava-se cada vez mais complexa.

Essa fase da história do Brasil marca definitivamente o desenvolvimento das relações capitalistas no país, o que se dá de forma mais intensa após a Segunda Guerra Mundial, momento em que o capital externo vai incentivar o crescimento da indústria brasileira e tentar dominá-la.

A indústria no Brasil recebe um maior incentivo, portanto, a partir de 1930, quando há a alteração da economia do país tanto no aspecto quantitativo como no aspecto qualitativo, uma vez que ela se concentra, a partir do final dessa década, não somente na produção de bens de consumo, como também na de setores básicos.

No campo, a presença da política do Estado Novo se faz sentir, no final da década de 1930, através da “Marcha para Oeste”.

Esse slogan, criado pelo governo Vargas, no final dos anos 30, para divulgar seu programa de colonização dirigida, visava ocupar os espaços vazios do interior do Brasil e a povoar as regiões brasileiras com pouca densidade populacional.

Segundo Oliveira, (1999:88) “... a campanha ‘Marcha para Oeste’ desencadeada em 1938, propunha a ‘Construção da Nação’ por todos os brasileiros”.

Regiões como Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a Marcha para Oeste, integradas ao desenvolvimento econômico do país, posto que alcançariam as conquistas de regiões mais avançadas economicamente. Isso provocaria, nessas áreas, uma mudança nas relações de produção. Para Lenharo, tais mudanças eram intrínsecas aos objetivos da colonização do governo Vargas, conforme o autor:

Delineiam-se assim, estratégias de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria. Ao invés de esperar o lento avanço das transformações, era forçoso estimular a mudança através de dispositivos especialmente orientados para isto (LENHARO, 1986:21).

Lenharo sugere que a preocupação da política de colonização do Governo Federal para regiões de grandes espaços vazios, estava diretamente ligada à necessidade de expansão das relações capitalistas de produção.

Assim, a colonização fazia sentido, na medida em que era vista como um acréscimo do mercado interno para a indústria e isto se daria, entre outros fatores, através da implantação da pequena propriedade.

A pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. Para tanto, esse trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la. Em suma, teria o

auxílio do Estado para a fixação em outras áreas, sobretudo naquelas consideradas despovoadas, de espaços vazios.

Nesse sentido, o Estado Novo para Lenharo (1986) impõe uma política de colonização dirigida, em que o povoamento aparece precedido por uma organização estatal, cujo propósito é facilitar a ocupação dos espaços vazios do Oeste e da Amazônia, por meio da pequena propriedade.

Ressalte-se aqui que a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, especificamente a do ramal de Ponta Porã, iniciada em 1938 com a Estação Ferroviária de Indubrasil (situada próximo a Campo Grande) e concluída em 1953, na cidade de Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, deixa indícios de que faz parte desta política de colonização dirigida, além de vincular-se também à questão da nacionalização das fronteiras, posto que proporcionava um maior controle por parte do Governo Federal desta região.

Desde o início da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), que tem seu começo na primeira década do século XX, no Estado de São Paulo, destaca-se o povoamento que essa construção trouxe para a região sul de Mato Grosso. Segundo Queiroz (1997:153), “A simples observação empírica indica enfim que, no presente século, todo o processo histórico em Mato Grosso (e em especial em sua parte meridional, que veio a constituir o Estado de Mato Grosso do Sul) foi afetado em maior ou menor grau com a construção da Noroeste do Brasil, pelo afluxo populacional que ela ensejou e pelas alterações que provocou na orientação das correntes comerciais”.

Dessa forma, acredita-se que a construção do ramal da estrada de ferro Indubrasil - Ponta Porã, proporcionava, conforme Azevedo ([s.d.]) o aumento da densidade demográfica no sul mato-grossense, com a formação de vilarejos, com o desenvolvimento de arraiais, com a criação de núcleos de lavouras e de campos de criação de gado e contribuía para a solução do problema da segurança interna.

A ampliação da estrada de ferro Noroeste do Brasil colaborou, assim, para o processo de colonização dessa região do Estado, a qual constitui, hoje, o Estado de Mato Grosso do Sul.

A iniciativa do governo do Estado Novo em criar o Território Federal de Ponta Porã, em 1943, através do Decreto-Lei 5.812, também fez parte da política de colonização e de nacionalização das fronteiras, principalmente se se considerar que, nessa área, havia a presença da Companhia Matte-Larangeira¹ que, mesmo decadente

¹ A companhia Matte-Larangeira foi uma das maiores arrendatárias de terras do Brasil no período da I República a um grupo privado para a exploração da erva-mate. O ciclo da erva-mate teve início em Mato Grosso com o decreto n.º 8.799, do Governo Imperial, datado em 9 de dezembro de 1882, o qual legaliza a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas na província de Mato Grosso a Thomaz Larangeira, e este se associa em 1892 ao Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho, políticos influentes junto ao Governo republicano da época. Desta união, originou-se a Companhia Matte-Larangeira e, em 1902, esta Companhia transformou-se em Firma Larangeira, Mendes & Cia.

economicamente nesse período, favorecia à presença constante de estrangeiros e conflitos armados na região. Sublinhe-se, ainda, que a política de Vargas sempre foi a de um Estado forte, com capacidade de interferir nas disputas regionais. Assim, a criação do Território Federal de Ponta Porã, que ficaria sob a tutela direta do Governo Federal, facilitaria a ação desse a qualquer problema que viesse prejudicar sua política de desenvolvimento.

Entretanto, a duração desse território é breve. Criado em 1943, é dissolvido em 1946. Campestrini e Vaz Guimarães (1991:129) apresentam as seguintes considerações acerca de sua formação: “O território Federal de Ponta Porã (...) era constituído pelos municípios (na época) de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Ponta Porã era a capital e seu primeiro governador foi Ramiro Noronha (1944-1945). Teve vida efêmera. A Constituição Federal de 1946 o extinguiu”.

Convém salientar, todavia, que a criação do Território Federal de Ponta Porã fazia parte da política econômica do Estado Novo, como se pode constatar na seguinte declaração de Vargas:

Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais, para fazer coincidir as fronteiras políticas. O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças apresenta, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Dai a idéia de transformá-las em Território Nacionais, sob a administração direta do governo Federal. O programa de organização de desenvolvimento desses territórios resume-se em poucas palavras: "sanear, educar, povoar". [sem grifo no original] (POVOAS, 1995:406).

Compreende-se, assim, que o Governo Federal procurava combater a velha política do banditismo na fronteira meridional de Mato Grosso e apertar o cerco em torno da Companhia Matte-Larangeira, colocando o território de exploração da erva-mate sob os cuidados da fiscalização federal. Vale ressaltar que todos esses expedientes integravam o projeto política estadonovista intitulada Marcha para Oeste, como destaca Lenharo(1986:66): “... O ‘projeto civilizador’ parecia bem delineado: foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a ser situada no novo território federal...”.

No campo econômico, a colonização mostrava sua diretriz. Contudo, foi necessário mais do que essa política para que a sociedade aceitasse a idéia da Marcha para Oeste, ainda mais se se levar em consideração que as condições de vida nos centros desenvolvidos como Rio de Janeiro e São Paulo eram melhores do que as apresentadas em áreas menos avançadas economicamente como as da Amazônia, de Goiás e de Mato Grosso.

Desse modo, tal proposta de colonização teria de ser desenvolvida também no campo simbólico e ideológico - urgia a necessidade de conduzir a ocupação territorial através do símbolo da brasilidade.

Nessa perspectiva, o governo do Estado Novo procurou mostrar que a efetiva construção do país só se faria por meio da união entre governo e sociedade, do funcionamento perfeito entre o campo político e o econômico, o que facilitaria a implantação da política de colonização estadonovista que visava ao desbravamento de áreas vazias por migrantes, sobretudo por aqueles oriundos de regiões onde a grande concentração de mão-de-obra poderia manifestar tensões sociais e braços desocupados em demasia.

Para tanto, Vargas apoiou-se no mito de que os brasileiros deveriam ocupar um espaço que era seu, com vistas a contribuir para a ocupação do território nacional, especialmente do de fronteiras, o que favoreceria a transformação de áreas atrasadas economicamente.

A representação simbólica do mito “ser brasileiro” tinha como proposta colonizar e industrializar o país, como esclarece LENHARO(1986, 23): “a criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combina colonização e industrialização”.

Essa nova política de colonização e industrialização remonta à crise do café, no final dos anos 20 e início dos anos 30, que ocasionaram um aumento de excedente da força de trabalho, forçando Getúlio Vargas a criar, em 1931, o Departamento Nacional de Povoamento, ligado ao Ministério do Trabalho.

Em 1938, conforme Vasconcelos (1986), cria-se a Divisão de Terra e Colonização. Esse órgão integrado ao Ministério da Agricultura irá implantar as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), através do Decreto-Lei 3.059, de fevereiro de 1941. Esse Decreto tinha como objetivo fixar o homem no campo, por meio da pequena propriedade, a qual estaria voltada para a produção de bens agrícolas em escala capitalista para outros mercados, além de produzir para sua auto-suficiência.

Assim, as Colônias Agrícolas foram planejadas para terem cidades-indústria potencialmente lançadas no vazio.

A preocupação do Governo Federal era criar um centro urbano que favorecesse o surgimento de uma cidade próspera e, em torno dela, as pequenas propriedades rurais. Nessa perspectiva, além da doação de pequenas propriedades, o governo oferecia implementos agrícolas e os materiais para construção de residência de madeira.

Convém destacar, ainda, que a fixação do homem nas Colônias criadas pelo governo Vargas não se deu de forma aleatória. Havia regras preestabelecidas, quais sejam:

Somente poderiam receber os lotes de terras os cidadãos brasileiros acima de 18 anos ‘que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres’. Estrangeiros, só os de conhecimentos agrícolas qualificados. Ficava vedada a concessão de lotes a funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Os lotes, de 20 a 50 hectares, mais as casas e outras benfeitorias seriam concedidos gratuitamente. Além disso, oferecia-se ao colono: trabalho a salário ou

empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano; assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem, até a emancipação da colônia; (...) (LENHARO, 1986:52).

Cumprido ressaltar, também, que se a política de colonização de Vargas é oficializada em fevereiro de 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), objeto de estudo deste artigo, é fundada somente em 1943, pelo Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro, segundo o Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: “As atividades fundiárias na região da Grande Dourados tiveram origem com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada pelo Decreto-Lei n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943, em terra da União, no então Território Federal de Ponta Porã, com a reserva de uma área a ser demarcada não inferior a 300.000 hectares, decreto este do então presidente Getúlio Vargas” (apud GRESSLER, SWENSSON, 1988: 81).

Entretanto, é somente a partir de 1948, quando os limites dessa Colônia são demarcados pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, é que a CAND é implantada de fato e toma impulso.

Registre-se, ainda, que o governo Vargas não conseguiu, inicialmente, fazer com que os trabalhadores se instalassem na região do sul de Mato Grosso, tendo em vista ser a região inóspita, o que dificultava o trabalho do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) na medição e demarcação dos lotes.

Além da inospitalidade da região, os colonos enfrentavam problemas resultantes de doenças - sarampo, malária, gripe asiática; de dificuldades de acesso - inexistência de rodovia; e de intempérie climática - geadas e grandes estiagens.

No entanto, atraídos pela qualidade do solo e pela propaganda oficial, muitos agricultores se dirigiram para o sul de Mato Grosso, sobretudo para os Campos da Vacaria, região da Grande Dourados, com o intuito de adquirir terras, principalmente no final da década de 40 e início da década seguinte, ocorrendo, em função dessa avalanche de migrantes que chegavam, um aumento territorial da área de ocupação. Esta compreenderá 409.000 hectares, ultrapassando a área reservada à Colônia, que perfazia um total de 300.000 ha.

Esse processo de ocupação desorganizada da terra que ocorre na CAND no final da década de 40 e início da década seguinte é verificável no Relatório Nacional de Imigração e Reforma Agrária:

Transcorridos 13 (treze) anos [da criação da CAND], muitos agricultores e homens sem terra, atraídos pela vertiginosa valorização da terra na região da Grande Dourados, começaram a pressionar o governo do estado para que lhes fosse destinado aquele excedente. Sem qualquer critério, em desrespeito ao próprio Instrumento Estadual de Doação, e antes mesmo de serem encerrados

os trabalhos de medição, ante aquela avalanche de pedidos de concessões, atingindo aproximadamente 1.000 requerimento protocolados, o estado concedeu mais de 130.000 (hectares) prejudicando a época, o projeto de loteamento e colonização em curso (apud GRESSLER, SWENSSON, 1988:81).

Considerações finais

Embora não se questione neste artigo ter havido ou não prejuízo à política de colonização do Estado Novo (em função da ocupação das terras terem sido demarcadas fora das normas estabelecidas pelo Governo Federal), o que convém assinalar é que a área de colonização fora reduzida, conforme o documento citado. Da área total de 409.000ha, ficou reduzida a 267.000ha, divididas em duas Zonas distintas: a 1.^a com uma área de 68.000ha, e a 2.^a com uma área de 199.000ha. Ressalte-se, ainda, que a 1.^a Zona ficou localizada do lado esquerdo do rio Dourados e a 2.^a do lado direito do respectivo rio.

Registre-se também, que a política de colonização do Estado Novo, na região do sul de Mato Grosso, especificamente a região da Grande Dourados, propiciou o início da exploração capitalista, de forma sistemática, nessas terras, com a implantação da pequena propriedade. Não obstante, tal política pode ser pensada também como a solução para o conflito em torno da Matte-Larangeira, uma vez que houve o povoamento dessa região por brasileiros; como a solução para o fim do banditismo, posto que propiciou a presença constante das forças do Governo Federal; e, ainda, para a consolidação da segurança interna nessa área de fronteira, com a criação do Território Federal de Ponta Porã.

Fontes impressas:

Jornais:

DIÁRIO DO POVO. Fátima do Sul: 8 jul. 1995. Caderno 2, p 3-5.

FOLHA DA REGIÃO. [s.l.], jul., 1975. Edição comemorativa.

INFORMATIVO REGIONAL SUL. Fátima do Sul: 9 jul., 1999, p. 7 - 8.

Revistas:

GIRARDI, L. L. *No princípio era a selva* - 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. Revista Rainha - suplemento. Porto Alegre: 1979.

OLIVEIRA, B. C. ; JUSTINO, V. *O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontros e desencontros na malha fundiária*. Revista de Geografia, n.º 5, jan. - jun. Dourados: 1997, p. 10 - 14.

WEINGARTNER, A. A. S. *Campo Grande* - o impulso de desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul. Revista Arca, n.º 5, outubro. Campo Grande: 1995, p. 3 - 9.

Referências

AZEVEDO, F. *Um trem corre para o Oeste: estudo sobre a Noroeste e se papel no sistema de viação nacional*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.l.].

BASBAUM, L. *História sincera da República de 1930 a 1960*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega. 1985.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. *História de Mato Grosso do Sul*. 4. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Ltda, 1995.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

MENDONÇA, S. R. Estado e sociedade: a consolidação da República Oliguárquica. In: LINHARES, M. Y. (org.). *História geral do Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, B. C. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1.937 a 1.945)*. Assis: 1999. 253 p. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista.

POVOAS, L. C. *História geral de Mato Grosso: da Proclamação da República aos dias atuais*. São Paulo: v. 2., 1995. Resenha.

QUEIROZ, P. R. C. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904 - 1908)*. Campo Grande: UFMS, 1997.

VASCONCELOS, C. A. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da colônia Várzea Grande (1957 - 1970)*. Assis: 1986, 145 p. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista